O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA LICENCIATURA COMO CONSTRUÇÃO DA BASE PROFISSIONAL DOCENTE PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES LITERÁRIOS

THE SUPERVISED INTERNSHIP IN THE UNIVERSITY FORMATION AS CONSTRUCTION OF THE PROFESSIONAL TEACHING BASE FOR THE FORMATION OF LITERARY READERS

EL INTERNADO SUPERVISADO EN LA FORMACIÓN UNIVERSITARIA COMO CONSTRUCCIÓN DE LA BASE DOCENTE PROFESIONAL PARA LA FORMACIÓN DE LECTORES LITERARIOS

Célia Zeri de Oliveira [1]

Resumo: Este artigo pretende trazer uma contribuição para a formação de leitores literários pelo viés da discussão acerca das finalidades da literatura como arte, e, nesta concepção, como forma de humanização dos seres humanos pelo princípio da alteridade. Demostra pelas pesquisas na área de formação docente os avanços conquistados em relação ao ensino da literatura no processo de escolarização do ensino básico e relaciona, por intermédio do estudo de caso, a efetivação das competências para a formação de leitores para um público específico, os alunos de uma escola quilombola.

Palavras-chave: Formação de Leitores. Estágio Supervisionado. Leitura literária.

Abstract: This article intends to do a contribution to the formation of literary readers through the discussion about the purposes of literature as art, and, in this conception, as a way of humanizing of human beings by the principle of otherness. The researches in the area of teacher education has demonstrated the advances achieved in relation to the teaching of literature in the schooling process of basic education and relate, through the case study, the realization of the skills for the training of readers for a specific pupils, students of a Quilombola School.

Keywords: Readers' formation. Supervised internship. Literary reading.

Resumen: Este artículo pretende aportar una contribución a la formación de lectores literarios a través de la discusión sobre los propósitos de la literatura como arte y, en esta concepción, como una forma de humanizar a los seres humanos por el principio de la otredad. Las investigaciones en el área de formación docente demuestran los avances logrados en relación con la enseñanza de la literatura en el proceso escolar de educación básica y relacionan, a través del estudio de caso, la realización de las habilidades para la formación de lectores para un público específico, estudiantes de una Escuela Quilombola.

Palabras-clave: Capacitación de lectores. Prácticas supervisadas. Lectura literaria.

[1]Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade de Aveiro. Professora Adjunta na Universidade Federal do Pará/Instituto de Letras e Comunicação/ FALE. E-mail: celia.zeri@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9477-7336

Introdução

Na rotina diária de uma escola de ensino básico, pública ou privada, ouvimos frequentemente a assertiva de que é preciso formar leitores. No entanto, não há muitos questionamentos em relação a quais professores, especificamente, deve ser atribuída esta tarefa de tamanha relevância, para que ocorra continuidade de formação e aprendizagem em todas as áreas do conhecimento pelos alunos em processo de escolarização. Nesse âmbito, é preciso abrir o leque de possibilidades de exercer a cidadania plena em suas vivências como sujeito livre e capaz de interagir na atual sociedade por meio da reflexão fundamentada.

Talvez a atribuição desta incumbência não seja questionada quanto ao profissional cuja missão deva ser atribuída devido à premissa de que este seja o trabalho inerente do/a professor/a das séries iniciais, isto é, o/a pedagogo/a que ensina os alunos desde que estes ingressam no sistema oficial de ensino na educação infantil, até chegar ao 6º ano do ensino básico. A problemática da formação de leitores, dentre todos os fatores que têm influenciado negativamente e impactado para que não se atinja o estado de letramento desejável ao atingir o final do processo de escolarização, pode ser o atual estado de latência, justamente por ser atribuída apenas a um profissional em específico, o pedagogo.

Conhecedores de variadas abordagens teóricas e metodologias que tratam da formação de leitores perguntamos se, de fato, este trabalho hercúleo deve ser atribuído somente a este profissional. Acrescentamos aos questionamentos a questão de formação de leitores literários numa concepção cuja leitura deve ser um processo contínuo e constante, ou seja, uma atividade que se inicie pelos anos iniciais de escolarização e acompanhe toda a vida do indivíduo, de forma naturalizada como qualquer outra ação rotineira do dia a dia de um cidadão comum.

Desse modo, trazemos para a discussão os pressupostos teóricos da formação do leitor literário e apresentamos uma experiência bem sucedida do desenvolvimento da profissionalização docente, na perspectiva metodológica do estudo de caso. Trata-

se de uma experiência dentro do processo de formação de leitores como um trabalho que se deve iniciar no período de estágio supervisionado na licenciatura. A atribuição deste papel essencial para a humanização dos alunos e da efetivação da leitura como uma atividade cultural, constante e permanente na vida do indivíduo foi realizada na formação de Licenciatura em Letras- Língua Portuguesa.

A leitura como processo de humanização

De certo modo, pode parecer um paradoxo dizer que o ser humano precisa passar pelo processo de humanização ao sabermos que, em sentido antropológico, nascemos com todos os atributos que nos caracterizam como seres humanos. Contudo, passamos por um longo processo de educação cuja função prática é a de nos fazer brotar sentimentos que nos transformem em seres mais integrados com a sociedade e com o espírito de coletividade e de altruísmo, fazendo-nos entender que o ser humano se humaniza, de fato, quando adquire a capacidade de colocar-se no lugar do outro, posicionando-se com a prática da alteridade.

O ponto de partida para todo processo de aprendizagem é a competência de compreensão leitora, pois temos postulado e concordado que ler é uma forma de acessar a todas as formas de conhecimentos. Isto é, a leitura é um instrumento com viés transversal e, também, um veículo insubstituível para a introdução e permanência em todas as áreas das ciências, das artes, dos saberes sociais e universais construídos na linha evolutiva das civilizações humanas. Em sentido amplo, a leitura ocupa um lugar único na promoção da autonomia do indivíduo em suas escolhas quanto ao que ter como domínio em seu escopo de saberes, pois é a forma de concordar ou discordar com ideologias e com culturas peculiares.

É primordial pensarmos na leitura como um direito humano e reconhecermos que aquilo considerado indispensável para nós deve ser também para o próximo. Podemos até mesmo dividir os bens entre compressíveis e incompressíveis da forma que cita Candido (2011), ou seja, aqueles que podem ser comprimidos e que são dispensáveis por não satisfazerem as necessidades essenciais do ser humano, como

os enfeites, os cosméticos, as roupas supérfluas; em oposição àqueles que representam as necessidades básicas, tais quais a alimentação, a educação, o abrigo, etc. Esta distinção está diretamente ligada com o problema dos direitos humanos, pois a diferença entre bens compressíveis e incompressíveis está relacionada ao que pode, ou não, ser negado a nenhum ser humano.

É preciso que haja muita elevação de espírito e autoeducação para que se consiga reconhecer que os bens considerados indispensáveis para nós também os devem ser para o outro. Ao contrário do que se tem pensado ao longo do convívio social, somos vítimas de um sistema em que vê no outro, por um processo de preservação da espécie, uma ameaça à própria sobrevivência. Ou então, tendenciamos a olhar para um indivíduo socialmente desfavorecido com ar de piedade, sobressaindo o conceito de que nossa ajuda é um ato de bondade. O direito à igualdade deve ser reconhecido com a naturalidade de ocupação de espaços comuns ao convívio social.

De acordo com Candido (2011, p.175), as pessoas afirmam que o próximo tem direito a certos bens fundamentais como casa, comida, instrução, saúde, coisas tais que nenhuma pessoa bem formada admitiria que são privilégios de minorias. Entretanto, não pensam que seu semelhante em condições desfavorecidas tem o direito a ler Dostoiévski ou a ouvir os quartetos de Beethoven. Decerto, o direito à leitura como princípio de igualdade não tem recebido, ao longo dos anos, o mesmo tratamento. É direito, porém não se tem a necessidade de desenvolver-se todas as habilidades de leitura, e, ainda mais, a leitura dos gêneros literários. Este tipo de leitura, em se tratando do contexto brasileiro, desde o princípio foi atribuída como privilégio para as minorias mais instruídas ou para as elites intelectuais da nossa sociedade.

Em uma sociedade regida pelos princípios da democracia é necessário que o próprio sistema organizado em poderes legislativos, administrativos e judiciários elaborem leis que protejam os cidadãos menos favorecidos econômico-socialmente

e as façam cumprir em respeito ao princípio da igualdade. Entretanto, em se tratando da fruição da arte e da literatura estamos distantes desta asserção a alguns anos luz. O prisma que nos distancia de tal compreensão posiciona em uma ponta os sujeitos atendidos em toda a amplitude de enaltecimento da nobreza e dos sentidos humanos pelas artes e, do outro lado da ponta, aqueles que são obrigados a carregar o peso de uma nação que não é capaz de imaginar o outro como semelhante a si em todos os direitos.

A leitura, neste contexto, deixa de ser um direito extensivo a todos e passa a ser uma forma de conquista de novas formas de conhecimento como um princípio necessário. Como afirma Freire (1981, p. 79) "ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo." E mais, Freire (1993),

> ninguém nasce feito, ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo. Pelo contrário, nos tornamos isso ou aquilo. Somos programados, mas, para aprender. A nossa inteligência se inventa e se promove no exercício social de nosso corpo consciente. Se constrói. Não é um dado que, em nós, seja, a priori da nossa história individual e social (Freire, 1993, p.104).

Para nos tornarmos algo melhor no atual, ou seja, para entendermos que os bens compressíveis e incompressíveis são de direitos humanos extensivos a todos os cidadãos de uma nação, é preciso que o instrumento de acesso a eles esteja disponível como um processo naturalizado e comum. Uma sociedade começa a dar os primeiros passos para a mudança profunda em termos de humanização quando começa a perceber que a fruição da arte e da literatura está na mesma categoria dos bens imprescindíveis às necessidades humanas essenciais para a sobrevivência.

Leitura literária – uma forma de promoção da igualdade social

A proposta de discussão deste texto leva em conta o que disse Chartier a Bourdieu no debate “A leitura: uma prática cultural” (2011, p. 231) ao afirmar que “o

problema da leitura é um problema central" para numerosas abordagens entre as ciências sociais ou na crítica textual. No entanto, as maneiras de abordar este problema permaneceram muito tempo compartimentadas e pouco discutidas entre sociólogos, psicólogos, historiadores e historiadores da literatura. Concebida dessa forma, a leitura literária passa a ser compreendida como uma questão relevante a ser debatida por todas as áreas das humanidades, uma vez que tem a função de promover a elevação do espírito e da sensibilidade, além da capacidade agregadora como um potencial.

De acordo com Todorov (2009) acerca do que pode fazer por nós, cidadãos,

> a literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos de outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro (Todorov, 2009, p.76).

Nesse sentido, a literatura também é uma forma de promoção e de acesso à igualdade social, pois ela pode abrir as portas para outros caminhos que levem à aprendizagem e à consciência crítica dentro de um contexto. A literatura também possui em seu potencial o desenvolvimento da capacidade de abstração e de raciocínio lógico-abstrato, na compreensão primária ou analítica por meio do silogismo, ajudando-nos a desenvolver a habilidade de organizar ideias com argumentação clara e coerente, e que somente com o acesso e o uso dos gêneros primários não conseguiríamos.

Ademais, para além de sua força mimética, de representação ou figuratividade, a leitura literária aponta para temáticas, conceitos e abstrações que possibilitam a observação dos jogos dos signos linguísticos e pode ser um dos caminhos para a reflexão constante do texto e do contexto. Ao veicular mensagens linguísticas de natureza plurissignificativa, o texto literário pode ajudar no processo de aquisição e no treino de modalidades de leituras complexas, o que não é possível de efetivar com as realizações discursivas do cotidiano, pois estas não desafiam as capacidades de

compreensão e interpretação de textos mais elaborados e sofisticados (Bernardes e Mateus, 2013).

Um dos valores inestimáveis da leitura literária é a possibilidade intrínseca de nos ensinar a condição humana, uma vez que a literatura, tal qual a filosofia e as ciências humanas, é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social no qual vivemos. A literatura tem, por si, a aspiração de compreender a experiência humana em toda a sua existência, e, nesse sentido, “Dante ou Cervantes nos ensinam tanto sobre a condição humana quanto os maiores sociólogos ou psicólogos” (Todorov, 2009, p. 77). Ao fazer-se uma comparação entre a filosofia e a literatura, assertivamente concluímos que a literatura faz viver experiências singulares, enquanto a filosofia inculca conceitos. A primeira tem o dom de preservar a riqueza e a diversidade do que foi vivido, a segunda de favorecer a abstração, permitindo desse modo a formulação de leis gerais.

A literatura ajuda-nos grandiosamente na compreensão do mundo, pois, a leitura de romances tem a ver com o encontro com outros indivíduos, e, quanto menos as personagens se parecem conosco mais ampliam as possibilidades de alargar os nossos horizontes, fazendo-nos sair da redoma do nosso próprio universo. Ela representa à nossa consciência, novas formas de ser, paralelas àquelas de que já somos possuidores. Essa amplitude da qual se fala não pode ser conseguida por meio de proposições abstratas, pois representa a inclusão da nossa própria consciência em novas formas de nos colocar no lugar de outrem.

Essa vivência literária muda o nosso próprio espírito com a inclusão de uma nova consciência, muito mais receptiva do que se tinha antes. Um passo obrigatório para o caminho ao encontro da nossa própria humanidade é de pensar colocando-nos no lugar de todo e qualquer ser humano, isso inclui veementemente o princípio da alteridade de colocar-se na pele do outro para perspectivar o mundo a partir de um ângulo diferente. É, de certo modo, uma forma de viver várias vidas em uma só, conhecendo culturas diferentes, adentrando por outros mundos, sentindo alegrias, tristezas, dores, compaixões, angústias, medos, às vezes solidão, e,

antagonicamente, pelos sentidos, encontrando uma multidão de sujeitos adormecidos em si mesmo.

Os cursos de licenciatura e a profissionalização docente para a formação de leitores

As pesquisas que têm abordado a habilitação de professores para a formação de leitores no âmbito da profissionalização docente por meio dos cursos de Letras e de Pedagogia têm demonstrado que há pouca competência didático-pedagógica para a realização das propostas de ensino de leitura. Talvez, nem ousemos fazer a pergunta a um acadêmico em final das licenciaturas de Letras ou de Pedagogia sobre como é que se forma um leitor literário com o receio de que não tenha a certeza de como realizar a transposição didática e, assim, intuitivamente a realizar tendo como paradigma algumas das formas que foram utilizadas consigo para forçá-lo a ler nos tempos em que frequentava a escola básica.

Como exemplo, citamos Zilberman (2009) quando trata da competência de leitura literária a ser formada na escola. A professora afirma que a escola está vivendo uma crise no ensino de leitura, fato que tem sido revelado nos índices apontados pelos organismos avaliativos externos às instituições de ensino, como exemplo o Prova Brasil e o Provinha Brasil em todos os âmbitos, a dizer, municipal, estadual e federal. Os resultados avaliativos têm demonstrado descaso em relação à instalação e manutenção de bibliotecas, e na inconsistência da formação do professor.

Há o estudo de Cosson (2018) em que afirma que a literatura não é consolidada de fato no ensino fundamental, porque se tem amarrado o pressuposto de que não ajudará o aluno a desenvolver a competência leitora, primando, assim, pelos textos considerados curtos, contemporâneos e divertidos, e, desse modo, compatíveis com os interesses do estudante. Assim, explicita que as leituras literárias são substituídas por textos de circulação social por serem considerados mais acessíveis aos alunos em termos de linguagem. Acrescenta ainda a informação de que os textos literários,

por vezes, são pedidos pelos professores para serem lidos fora do ambiente escolar, solicitando-se posteriormente resumos e fichas leituras.

Em se tratando da formação de professores para o ensino da literatura, destacamos que estamos a falar do ensino de literatura diferenciando-o de história da literatura, ou então da periodização literária. Como exemplo do que temos sofrido no ensino escolarizado de nível fundamental e médio nas escolas brasileiras, Dalvi (2013) recorre às afirmações trazidas pelo diagnóstico de Ginsburg[2] (2012) para demonstrar o que se tem feito em relação à formação de leitores, distinguindo ainda os conceitos de formar, informar e conformar leitores, tendo em vista que a formação de leitores tem o objetivo claro da vivência da literatura por toda a vida do indivíduo.

As conclusões da pesquisa destacam um profundo descompasso entre a pesquisa acadêmica em estudos literários e a situação do ensino universitário na área de Letras. Mesmo que se tenha discutido os paradigmas e modelos conceituais para o ensino de literatura, os programas curriculares em Letras não têm se adequado às novas pesquisas. Entre as discussões está a questão dos cânones literários, alvo de muitos debates e discordâncias, entretanto, sem mudanças de paradigmas no ensino de graduação e de pós-graduação.

Além disso, o ensino de teoria da literatura não contribui em nada para o ensino de literatura, pois este não visa a formação de críticos literários como se pode pensar, ao contrário, tem a função educacional de formar leitores que mantenham as práticas de leitura com a mesma naturalidade que veem um filme ou uma novela na TV, ou seja, como um hábito cultural diário e constante. Outro aspecto apontado é a formação de professores nas universidades, institutos e faculdades com o desenvolvimento de competências abaixo do desejável, talvez pela crença de que o professor irá

[2] GINSBURG, J. *Idealismo e consciência política em teoria da literatura*. In: *Crítica em tempos de violência*. Tese de Livre Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: 2012.

desenvolver suas aptidões para a formação de leitores por meio das práticas em sala de aula na efetivação do exercício docente.

É preciso, porém, utilizar de forma mais efetiva os trabalhos e pesquisas realizadas em torno da profissionalização docente e a formação de leitores, pois há muitos grupos e pesquisadores dedicados, de fato, ao ensino da literatura. Podemos citar Bernardes (2005) em que relata a fase de expiação em que atravessamos como uma possível alavanca para pensar em outros caminhos para o ensino de literatura no ensino médio, invocando para a discussão alguns excessos, tal qual o historicismos, ou seja, a tendência de alguns programas curriculares em ensinar a história literária como forma nacionalista e identitária de um país.

Além desse, o professor cita o retoricismo, isto é, o método de descrição técnico-formal aplicado sistematicamente aos textos da antiguidade greco-latina como tentativa de manutenção de uma forma de análise apenas por imitação da tradição de análise. Como efeito, criou uma certa forma de debate entre os historicistas e os retoricistas, por longo tempo, em toda a Europa, classificando-os entre os antigos e os modernos. Dito de outra forma, resume-se ao apoio dos defensores quanto à insubstituível nobreza dos textos e autores gregos e latinos e os modernos que defendiam a abertura da história pela capacidade de intervenção humana.

Nesse âmbito, é criada também a filologia como ciência educativa, destinada a valorizar o patrimônio literário-cultural e a construir um conhecimento agregador dirigido particularmente às elites do Estado. Assim, através da história, a literatura acaba por adentrar nas universidades, e, logo após, chega ao ensino médio. Justifica-se, assim, a tradição mantida por muito tempo entre o estudo da história da literatura e a biografia dos escritores, organizados de forma individual ou vinculados aos movimentos e períodos literários, cabendo às universidades o papel de produção e de controle da cultura, e, por outro lado, das escolas de ensino médio como uma certa forma de extensão da universidade.

Deixando um pouco atrás esses pressupostos, temos hoje nas universidades a preocupação com a formação inicial dos professores de português. Bernardes (2005) argumenta que,

> é sabido, designadamente, que, ao longo da formação inicial, consumada em esquemas curriculares habitualmente inorgânicos e heterogêneos, não se equacionam de forma suficientemente aprofundada as várias vertentes que integram o potencial formativo da literatura. Nas Universidades, os textos e os autores continuam, por norma, a ser analisados numa perspectiva de estrita prospecção investigativa. Por vezes, o que é ainda pior, envereda-se por atitudes demagógicas, anacronizando as temáticas em presença, na busca ilusória de uma contemporaneidade eterna (Bernardes, 2005, p.22).

A esse respeito refletimos acerca dos tipos de professores que as universidades têm entregado ao mercado de trabalho como docentes aptos para formar leitores no ensino fundamental e no ensino médio. Questionamos se possuem as aptidões pedagógicas necessárias para fazer a transposição didática dentro dos textos literários, e, ainda, se possuem todos os saberes e competências necessárias no âmbito do conhecimento da literatura em si. Além disso, há que se ter um equilíbrio entre as competências pedagógicas e a investigação científica presentes nos programas de formação continuada.

A forma que o ensino de literatura tem sido encaminhado nas escolas atualmente, segundo Todorov (2009), tem o reflexo de uma mutação ocorrida no ensino superior, pois se os professores de literatura podem adotar uma nova postura nas escolas, ocorre que os estudos literários evoluíram também na universidade. A mudança ocorreu desde as décadas de 1960 e 1970 sob o escopo do estruturalismo. Segundo o professor, tanto hoje quanto nas décadas citadas, o estudo das relações dos elementos da obra em si, isto é, a abordagem interna, deveria completar o estudo do contexto histórico, ideológico e estético, quer dizer, a abordagem externa do texto.

Em relação aos saberes necessários para a formação do leitor literário como um hábito cultural temos postulado que os professores precisam dissecar conhecimentos diversificados, como a língua, isto é, o instrumento que nos leva à

aquisição de todos os outros saberes da humanidade; a retórica, a ampliação da capacidade interpretativa por meio da leitura de textos literários; os contextos, isto é, o conhecimento de ambientes externos aos nossos convívios diários; as ideias, a compreensão da ideologia como uma forma além da filosófica e da propagação ideológica direta. Não há outra forma de formar o leitor literário que não seja a prática escolarizada liderada por um especialista na área, o professor munido do conhecimento teórico e dos fundamentos pedagógicos necessários.

Estágio Supervisionado como caminho precursor na formação profissional para formação de leitores

As concepções acerca do Estágio Curricular Supervisionado têm mudado ao longo dos tempos dentro dos cursos de Licenciatura, dando mais ênfase para as funções do estágio como o "lugar" em que o futuro professor tem para conhecer a situação de trabalho com a qual se defrontará no futuro. Mesmo assim, ainda há margens para muitas interpretações quanto ao papel do estágio na formação de professores, desencadeando as variações de concepções e de execuções de acordo com os currículos e os projetos políticos pedagógicos de cada faculdade.

Como exemplo, Pimenta e Lima (2004) descrevem quatro tipos de estágios: o estágio centrado na observação de professores e na imitação de modelos, o estágio centrado nas técnicas, o estágio centrado na crítica a tudo que a escola tem, e o estágio centrado na pesquisa, aliando teoria e prática. Neste caso, adotamos como paradigma o estágio que traz para o campo educacional toda a teoria construída no decorrer da licenciatura e a pomos em prática nesta fase de consolidação dos saberes do professor em formação. Concordamos que o estágio não é o único mecanismo que deve estar presente nos cursos de licenciatura como instrumento de reflexão, entretanto, sabemos de sua importância para a efetivação das competências docentes.

Diante da problemática da formação docente nos cursos de licenciatura em que as pesquisas dentro da temática da formação docente demoram a chegar às

reformulações dos currículos é preciso que, de alguma forma, as teorias subjacentes à formação de leitores literários efetivem-se nas práticas pedagógicas. Portanto, o período do estágio curricular pode tornar-se uma forma de vivência escolar com conceito etnográfico, em que os estudos teórico-prático materializam-se em ações pedagógicas fundamentadas. Desse modo, o professor-estagiário experimenta o gosto de formar o leitor, uma vez sentido parte deste processo, a sensação de realização por ser de fato, formador, impregna o *ethos* docente, incorporando-se às práticas pedagógicas.

Portanto, cabe ao estágio curricular, o papel de contribuir para a formação da identidade docente, especificamente de uma formação que se articule no espaço da prática e das teorias pedagógicas e científicas. De acordo com Ghedin et al (2015):

> O estágio enquanto momento de articulação teoria-prática é formador da dimensão científica/técnica, política, ética e estética do futuro professor. [...] Nesse sentido, o estágio constitui-se numa formação que é de natureza ontológica, isto é, compõe o que será o futuro professor, [...] numa perspectiva dialética institui o que será, juntamente com o exercício profissional iniciante nos primeiros anos de atuação profissional, ao longo de sua existência Ghedin et al (2015, p. 37).

Dessa forma, o estágio acaba por organizar todo o processo de formação profissional docente, chamando a atenção do professor-estagiário para o seu papel social enquanto formador do leitor literário. Sabemos que o processo de formação do leitor é algo a ser realizado pela escolarização, de forma constante e fundamentada, utilizando como elementos principais o conhecimento da literatura que tem o professor, os saberes pedagógicos para se ensinar a literatura, e a preocupação em atribuir ao aluno o seu direito básico da literatura como um bem da humanidade.

Passos metodológicos – estudo de caso

Em se tratando das ciências humanas em relação à construção do conhecimento é considerado louvável que uma forma de ação social de sucesso seja observada e, assim, analisada em termos de compreensão da evolução de uma

determinada sociedade como para que seja ampliada para outras dimensões e outros contextos. Desse modo, o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa bastante utilizada na área educacional, pois a aquisição do conhecimento pode ser tratada como fenômeno social contemporâneo complexo, porém situada em um contexto específico. Assim, ao recolhermos dados relevantes sobre o ensino de literatura em uma escola básica, estamos tomando-os como objeto de estudo e podemos alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, podendo utilizá-lo em outros contextos.

O estudo de caso, segundo Chizzotti (2014), não é uma escolha metodológica, porém trata-se da seleção de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais e não pelo método de pesquisa utilizado. Envolve a coleta sistemática de informações acerca de uma pessoa particular, uma família, um evento, uma atividade ou um conjunto de relações ou processo social, com o objetivo de se conhecer melhor como ocorrem as ações em um contexto real. Visa o esclarecimento de uma suspeita de algo, pode se completar efetivamente por meio do desenvolvimento de ações planejadas no âmbito de um projeto fundamentado com bases teóricas.

Neste trabalho, procuramos compreender a apropriação dos saberes docentes para a formação do leitor literário desde a fase de estágio curricular supervisionado no curso de Licenciatura em Letras por meio da formação conceitual e pedagógica de uma aluna finalista na fase de aplicação do projeto de estágio com o intuito de formar leitores. O projeto foi aplicado junto a uma escola quilombola do município de Acará – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo II- Quilombola. A proposta da aluna era de conhecer o ambiente escolar e, consequentemente, o contexto de formação de leitores em escolas da rede pública brasileira, aplicando, assim, o conhecimento construído em função da formação em Licenciatura em Letras pela UFPA.

O trabalho de formação de leitores foi realizado, assim, com a turma de 6º ano do ensino fundamental em contexto de comunidade tradicional, afastados do

contexto urbano e com pouco acesso às obras literárias e às abordagens de ensino-aprendizagem que dão primazia às características específicas da cultura quilombola. Assim, a análise do estágio curricular supervisionado realizado pela aluna de Letras junto a esta comunidade visa levar à compreensão de como ocorre o processo de formação profissional do professor da área de Letras na construção de um *ethos* docente munido de todos os atributos necessários para formar leitores na perspectiva de um hábito cultural.

Apontamentos sobre a experiência de formação docente

A aluna-estagiária, após concluir com êxito o estágio supervisionado, apesar das adversidades desde o primeiro contato com a escola até a finalização de todo o trabalho, relata os ganhos em relação à aprendizagem e à experiência docente enriquecedora. Dentro da categorização das percepções no estudo de caso, destacamos:

1. Ter o professor regente como coadjuvante na formação profissional docente, assumindo também, junto com o professor supervisor do estágio, o papel de professor-formador. A aluna relata que foi recebida de modo receptivo pela professora da turma. Esta professora formou-se no ano de 2013 por uma universidade privada e, atualmente, conseguiu seu primeiro emprego nesta escola quilombola. Diariamente, nos tempos da graduação, realizava um percurso compreendido entre dois meios de transportes, ônibus e barco, para chegar até a universidade em que estudava, levando cerca de 4 horas de barco por dia entre o percurso de ida e de retorno. Descreve ainda as dificuldades que a professora enfrentou para formar-se, e, também, as dificuldades em conseguir o primeiro emprego como docente.

Entretanto, mesmo respeitando o percurso da professora regente e o seu trabalho, a aluna-estagiária não deixa de fazer uma reflexão crítica acerca das aulas ministradas pela docente. Há o relato de traços da educação tradicional com concepções de língua e de leitura como a interpretação do código linguístico. Aponta como exemplo a leitura fragmentada de obras literárias tendo como suporte os livros

paradidáticos, e, como atividade de leitura, questões de compreensão em que exigem do aluno somente a retirada de dados que podem ser encontrados no texto. A aluna-estagiária faz questão de destacar que não responsabiliza a professora pelo despreparo em sala de aula, uma vez que o percurso de formação profissional foi mais cansativo do que para outros professores.

2. A apropriação do conhecimento quanto à didática de formação de leitores literários

Conforme mencionamos em concordância com pesquisadores na área de formação de professores para o ensino de literatura com abordagens e metodologias que levem à efetivação da leitura como hábito cultural, o professor precisa construir uma diversidade de aptidões para formar os leitores em processo de escolarização com eficácia. A aluna-estagiária demonstra estar ciente dessas competências docentes ao afirmar que a diretora da escola, por diversas vezes, confundiu o objetivo do trabalho proposto pelo estágio de formação de leitores literários com outros projetos de leitura que visam a fluência e a interpretação de textos de circulação social.

Há a análise da concepção equivocada de leitura, difundida e mantida pelos professores da escola, a começar pelos que precisam liderar os trabalhos pedagógicos, como exemplo, a diretora. Além de descrever esta profissional, relata que a professora tem realizado práticas de leitura que consistem em fazer os alunos ler em voz alta em frente da turma, e que os próprios alunos recusam a realizar por timidez e falta de confiança em si mesmos, o que os leva a distanciarem-se da leitura literária e, consequentemente, das funções que a literatura deve ter na formação de um indivíduo. Avalia também a proposta didática da professora ao realizar atividades de ditado para os alunos com objetivos de proporcionar melhoras na escrita de cada um e considera essas atividades como práticas pedagógicas com concepções tradicionais no ensino.

3. O conhecimento do ser humano em processo de aprendizagem (quem eu ensino?)

A maior referência que se pode ter durante o estágio docente é a de saber considerar a condição humana nos processos de ensino e aprendizagem, proporcionando aos sujeitos o desenvolvimento da capacidade de apropriação dos discursos que constituem a humanidade em si. A leitura é parte do processo de apropriação de conscientização individual das dimensões humanas. Assim, cabe ao professor criar um contexto rico em diversidades de leituras para que os alunos possam, pela própria vontade, fazer a apropriação dos mundos que giram em torno da arte literária.

A aluna estagiária relata que os alunos do 6º ano possuem uma discrepância acentuada quanto à idade, apresentam o interesse pela aprendizagem de forma variada por ser provenientes de vivências diferentes. Os alunos mais velhos faltam mais às aulas por não terem condições de pagar o transporte de barco até a escola - o município tem falhado em atendimento ao transporte por meio de programa de transporte fluvial escolar. Os alunos mais novos interagem mais nas atividades propostas, as meninas principalmente, engajam-se nas atividades de leitura, enquanto os meninos deixam transparecer mais a timidez.

Nesse contexto de turma heterogênea, a ciência do professor é importante como ponto de partida para a elaboração e realização de qualquer proposta didático-pedagógica. As atividades de leitura, nesse caso, foram selecionadas após a tomada de consciência dessa heterogeneidade, pois antes da leitura é necessário que o professor, com sua maturidade intelectual, já tenha lido o texto literário por várias vezes e analisado se é ou não adequado para aqueles alunos com os quais irá trabalhar. Isso não significa, portanto, que o professor restringe a leitura dos alunos, ao contrário, representa que realiza a função de mediador munido de conhecimentos para a formação do leitor.

4. O compromisso social do professor

É certo que o compromisso social é um dos requisitos necessários na gama de atributos que formam a competência docente desde a escolha pela profissão de professor. Engloba os princípios, os valores em que a inclusão social e a compreensão

da diversidade cultural são sempre consideradas. Educar, dentro desses conceitos, é conseguir fazer com que o aprendente ultrapasse as fronteiras que algumas vezes foram traçadas como destino a partir do próprio nascimento em um contexto social desfavorecido. Comunicar com os alunos e intervir nesse contexto, ou seja, o espaço público da educação faz parte do *ethos* profissional docente (Oliveira, 2016).

A aluna-estagiária disserta sobre a literatura como um direito dos indivíduos, e, como nesse conceito, tem a escola como lugar de acesso à informação, devendo compreender e difundir para o corpo estudantil, chegando até às famílias, dentro da imprescindibilidade que a literatura carrega em si. Tomando o acesso à literatura como um direito, as interações sociais passam a ser mais empáticas e inclusivas, e, desse modo, a literatura promove a subjetividade humana e diminui o espaço para a ignorância e o desafeto nas relações sociais e políticas.

Na compreensão da aluna-estagiária é primordial para a educação compreender a literatura como um direito que fomenta o equilíbrio social, ligada ao ser humano como fator indispensável para o processo de humanização. Assim, evidencia que dentro do processo de escolarização da literatura, apresentar o texto literário somente como uma obrigação e com finalidades superficiais e pouco relevantes para o leitor é inverter o que é a literatura. Além disso, relata a necessidade de avaliar o acervo de obras literárias, abordando-as de forma eficiente.

Palavras finais

Por intermédio das reflexões trazidas nas pesquisas sobre a temática formação de leitores literários no contexto brasileiro, sabemos que temos um longo caminho a percorrer até chegarmos ao ambiente escolar que preze a leitura como um bem imprescindível para o ser humano. Por a literatura no mesmo nível dos bens essenciais para a humanidade já é um grande avanço em termos culturais, uma vez que sabemos que as artes, neste caso, a literatura, não sobreviveria a uma sociedade tecnocrata.

Ao compreendermos a literatura como uma forma de sensibilização, de elevação do espírito humano, de alteridade, a estamos elegendo como a arte que transforma “vidas secas” em campos férteis e propícios para o plantio. Isso quer dizer que a literatura pode transformar uma vida pelo potencial que tem em nos transportar para outros mundos, outras culturas, outras formas de viver e de relacionar com o universo que nos cerca, tanto o humano como o natural. Por isso, para o professor que leciona para os alunos das séries iniciais é primordial que saiba do que pode a literatura fazer pela vida de um indivíduo.

Questionamos, no início, a que área das licenciaturas deve ser atribuída a função de estudar a didática da literatura e de, consequentemente, aplicar para a formação de leitores. A princípio perguntamos se seria um papel atribuído ao pedagogo ou ao licenciado em Letras. Ao olhar de modo mais aproximado para o estudo de caso exposto neste artigo percebemos quais conhecimentos são necessários como atributos do professor para que possa realizar este trabalho com eficácia. Nos cursos de pedagogia, em geral, há um ou dois semestres dedicados à disciplina de língua portuguesa em geral. Podemos inferir, a partir deste dado, que não se pode dizer que esse profissional possui competências para formar o leitor literário, a não ser que haja profundas mudanças nos currículos dos cursos de licenciatura em pedagogia.

Nos cursos de licenciatura em Letras também apresentamos muitas fraquezas, dentre elas as lacunas existentes entre as pesquisas realizadas nos cursos de pós-graduação e as mudanças que devem ocorrer por pressupostos nos currículos das licenciaturas. Contudo, há algum avanço na formação em Letras em relação aos cursos de Pedagogia, pois, naturalmente há entre os professores formados um conhecimento pertinente à literatura, sendo este um dos pré-requisitos necessários para ensinar, ou seja, o conhecimento do próprio objeto de ensino. O professor da área de Letras, a princípio, conhece a literatura como arte e como patrimônio cultural da humanidade.

No entanto, é da práxis docente na área de Letras que não se posicione como formador de leitores, especialmente nas séries iniciais da escola básica, deixando o bem mais precioso de todo o processo de escolarização, a leitura, relegado a segundo plano. Talvez se pense que esta seja uma aquisição que se dará automaticamente via frequência escolar. Sabemos bem que não ocorre de forma espontânea, ao contrário, a formação de leitor é um trabalho para especialistas, ou seja, professores munidos de competências teóricas e práticas para esta atividade didático-pedagógica.

O estágio curricular supervisionado na Licenciatura em Letras, como demonstrado neste estudo, pode servir como uma forma de insight para os futuros professores. A partir de uma experiência bem sucedida, principalmente porque pode ser acompanhada por profissionais docentes mais experientes, o professor supervisor e o professor-regente, abre-se o campo de reflexão acerca do papel social que o professor deve exercer para a construção de uma sociedade mais ética e um pouco mais democrática pelo viés da literatura.

Referências

BERNARDES, J. A. C. **Como abordar a literatura no ensino secundário- outros caminhos**. Lisboa: Areal Editores, 2005.

BERNARDES, J.A. C. e MATEUS, R.F. **Literatura e ensino do português**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.

BOURDIEU, P. e CHARTIER, R. **A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier**. In: BOURDIEU, P., BRESSON, F. e CHARTIER. (orgs.) Práticas da Leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. Pp. 229-254.

CANDIDO, A. **O direito à literatura**. In: Vários Escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul e São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CHIZZOTTI, A**. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2018.

DALVI, M.A. **O ensino de literatura e a leitura literária**. In: DALVI, M.A.; REZENDE, N. L. e JOVER-FLEIROS, R. Leitura de Literatura na escola. São Paulo: Parábola, 2013.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981.

FREIRE. P. **Política e educação: ensaios.** São Paulo: Editora Cortez. 1993.

GHEDIN, E. OLIVEIRA, E. e ALMEIDA, W.A. **Estágio com pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, C. Z. **Formação de professores de língua portuguesa- a construção da autonomia docente pelo viés da reflexão sobre o estágio supervisionado**. Revista Panorâmica On-Line. Barra do Garças – MT, vol. 21. p. 130 - 154 ago./dez. 2016.

PIMENTA, S.G. e LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

TODOROV. T. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

ZILBERMAN, R. **A escola e a leitura de literatura**. In: ZILBERMAN, R.; RÖSING, T. M. K. (Orgs.). Escola e leitura: velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009.